

ASSENTAMENTOS RURAIS NO MARANHÃO: Territorialização ou (des) organização da produção familiar

José Sampaio de Mattos – Professor do Departamento de História e Geografia (UEMA)
José Ribamar Gusmão Araújo – Professor do Mestrado em Agroecologia (UEMA)

Resumo: A discussão sobre a organização da agricultura familiar nos assentamentos rurais está levando a reflexões sobre a territorialidade da produção agrícola dos pequenos produtores, tendo em vista que o tamanho da área destinada ao lote do trabalhador pode ser ponto relevante para a compreensão pela busca da tecnificação contribuindo para equívocos na escolha de produtos e também na organização sócio-espacial dos trabalhadores levando ao abandono do lote ou venda para terceiros.

Palavras-chave: Território, Assentamentos, Produção agrícola.

Abstract: The discussion about the organization of familiar agriculture in the agricultural nestings is taking to reflections on the territoriality of the agricultural production of the small producers, in view of that the size of the area destined to the lot of the worker can be excellent point for the understanding for the search of the tecnification, contributing for mistakes in the choice of products and also in the socioespacial organization of the workers leading to the abandon of the lot or sale for third.

Key-words: Territory, Nestings, agricultural Production.

Este texto tem como finalidade discorrer sobre o processo de organização das comunidades rurais dentro dos assentamentos enfocando a territorialização da produção agrícola. Não se tem a pretensão de apresentar uma proposta fechada sobre o assunto, mas garantir análises que possam contribuir para estudos de viabilidade técnica e econômica preocupadas com a organização sócio-espacial em áreas previamente demarcadas.

Torna-se relevante destacar o Território e os Assentamentos como pontos de partida para a compreensão sobre as limitações da produção agrícola e conseqüentemente a dimensão das relações dos trabalhadores com a terra.

Esta concepção remete a uma preocupação com o papel do Estado no controle do território como também no estabelecimento de relações entre classes sociais e espaço ocupado e dominado. A formação do território pode ser concebida pela participação da própria sociedade e suas formas de organização espacial. Não cabe, diante disso, analisar paisagens naturais enquanto

território, mas as relações existentes entre o espaço delimitado geograficamente e administrativamente dando sentido a um processo de ocupação quer na zona urbana ou rural. Esta é a própria noção básica de territorialidade concebendo o espaço como ponto de partida para identificação do lugar no processo de construção de território.

Matos (1997) aprofunda a discussão, não só pelo movimento global das forças de mercado, mas pelo aparecimento do território e seu desenvolvimento a partir da sua história produtiva e de seus recursos locais, garantindo as vantagens comparativas e competitivas para investidores nativos e não nativos.

Para Santos (2002) o território “não é apenas o conjunto de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade”.

Através desta citação, julga-se necessário a relação dos trabalhadores com o seu local de trabalho e sua história de vida no próprio projeto de assentamento. A preocupação com a identidade pode ser ponto positivo para o desenvolvimento do projeto de assentamento. Não se pode considerar esta análise como verdade absoluta, mas sinaliza para a concepção dos projetos de assentamentos e como a falta de identificação aliada ao processo tecnológico que chega de forma desordenada, através de capacitação profissional, podem comprometer a sustentabilidade dos assentamentos.

Santos (2002) amplia a sua análise quando relaciona dinheiro e território:

No entanto, se o dinheiro que comanda é dinheiro global, o território ainda resiste. Basta refazermos mentalmente o mapa do dinheiro no Brasil e nele encontraremos um lugar onde há todas as modalidades possíveis de dinheiro (São Paulo), e outro onde a única modalidade de dinheiro possível é o dinheiro-moeda (um ponto isolado no estado mais pobre). Em outras palavras, o território também pode ser obtido nas suas desigualdades a partir da idéia de que a existência do dinheiro no território não se dá da mesma forma. Há zonas de condensação e zonas de rarefação do dinheiro.

Haesbaert (2002) afirma que:

Território é produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora configurados e mutuamente reforçadas, ora desconectados e contraditoriamente articulados.

Percebe-se que as primeiras articulações políticas para a identificação do território e para aliviar as tensões no campo se fazem com a criação de projetos de colonização que se enquadram perfeitamente dentro da proposta de Haesbaert, na medida que relaciona o processo político, econômico e social enfocando as relações de poder entre as classes sociais e grupos culturais nas diferentes escalas geográficas.

Através desta análise, definir a proposta de se compreender a territorialização da agricultura familiar será relevante em um novo contexto que se apresenta em forma de Projeto de Assentamento.

E para entender melhor essa relação julga-se necessário iniciar com uma visão sobre a origem dos assentamentos, “Produtos de uma construção lógica dos instrumentos oficiais de interferência no meio rural. São umas criações da burocracia estatal e, como tal, devem ser contextualizadas e analisadas, não devendo ser naturalizadas, tomados acriticamente como processo sociais reais “objetivos”, que podem ser meramente quantificados” (CARNEIRO,1998).

O próprio trabalhador rural, dentro desta lógica, não se identifica como categoria, mas organiza-se de forma participativa para o processo de desapropriação de áreas e recebimento dos créditos.

Leite (2000) aponta que não são apenas os trabalhadores rurais e urbanos envolvidos no processo de desapropriação e criação dos projetos de assentamentos, mas o INCRA, o Poder Judiciário as Secretarias Estaduais de Agricultura, as Prefeitura e as entidades não governamentais. Todas com o objetivo de minimizar a situação de conflito no campo. Este conjunto é evidente que não se apresenta articulado para se tornar eficiente, o que dificulta e compromete todo processo produtivo, desde a desapropriação à liberação de créditos.

A resposta econômica dos projetos viabiliza-se em lugares onde a organização dos trabalhadores, a participação na concepção dos produtos, a serem cultivados e o tipo de rebanho a ser criado são colocados como prioridade no processo produtivo destacando-se também a visualização do armazenamento, circulação e mercado dos produtos e a qualidade dos recursos naturais.

A renda vai ser considerada de suma importância para justificar novos financiamentos e colocar de forma clara que os resultados obtidos são satisfatórios e, que os assentamentos, atualmente, são considerados alternativas para a verdadeira Reforma Agrária.

Quando se apresenta o modelo para todo território nacional, verifica-se que os instrumentos e as condições se diferenciam dando configurações sócio-espaciais distintas e contribuindo para o surgimento de novos problemas. Percebe-se que a decisão política, os instrumentos jurídicos, os recursos financeiros e os recursos naturais alavancam e entram ao mesmo tempo a busca pelo crescimento econômico.

A outra ótica a ser considerada, além da renda, é a resposta social dos projetos. A criação das associações, das cooperativas, a solidariedade e as tradições culturais tornam-se relevantes para o desenvolvimento rural.

Primeiramente pergunta-se: as associações nos assentamentos surgiram apenas para o recebimento do crédito? É possível, mas ficou evidente, em projetos de assentamentos, o estímulo a uma grande quantidade de associações que vislumbraram no Programa de Crédito e Apoio à Reforma Agrária, formas de financiamento às atividades e aquisição de bens.

A regularização de áreas asseguradas às famílias que mantêm relações culturais dentro da comunidade, pode despertar maior solidariedade? Este é um outro ponto que leva a uma discussão antropológica, mas considera-se importante apenas para frisar que os assentamentos onde as famílias não partilharam do mesmo objetivo podem acirrar disputas políticas pelo controle das associações.

No Maranhão, o processo de desapropriação e criação dos projetos, o número de famílias assentadas e o número de áreas distribuídas apresentaram variações, o que se considera de suma importância para a organização da produção familiar, observando também que a participação dos movimentos sociais foi fundamental para os primeiros passos da consolidação de programas voltados para o resgate da agricultura familiar.

Na década de 90, desencadeou-se o processo de criação do maior número de assentamentos e, conseqüentemente, maior área distribuída. Quantitativamente poder-se-ia afirmar que os conflitos no campo tenderiam a ser eliminados e o resgate da dívida histórica de exclusão social haveria de ser reparada (**Figura 1**).

Figura 1

Esta análise superficial não revela de forma crítica os custos e benefícios das áreas incorporadas ao programa de Reforma Agrária levando a falsas interpretações. No entanto, ao incorporar-se nas análises parâmetros, como infra-estrutura social e produtiva, perceber-se-ão as reais condições dos projetos. A participação de programas de crédito foi relevante para proporcionar investimentos no setor produtivo a partir de projetos elaborados por empresas de assistência técnica que deveriam levar em consideração o potencial da área de assentamento, formular propostas com a participação do produtor e prestar orientação técnica na execução das atividades (LAGO, 1998). Verifica-se que há uma relação teórica entre as condições básicas da operacionalização do PROCERA e as condições básicas para efetivação dos assentamentos que são: a oferta de terras ao

beneficiário, a oferta de condições para explorar a terra e o incentivo à organização dos assentados (FERREIRA, 1994).

Ao analisar a oferta de terras ao beneficiário, constata-se a falta de critérios para seleção de áreas e definição dos lotes. Em relação à oferta de condições para explorar a terra, verifica-se que não houve sintonia entre os produtos financiados, assistência técnica e infra-estrutura produtiva. E já o incentivo à organização dos assentados levou à criação de associações com objetivo de receberem os créditos, o que praticamente comprometeu a efetivação de prioridades que privilegiassem o fortalecimento da organização comunitária.

A situação apresentada leva a constatar que o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) contribuiu significativamente para a aquisição de gado bovino pelos trabalhadores, bem como para a estrutura histórica de ocupação da pecuária extensiva que ratificou a manutenção da tipologia da agricultura.

As contradições instalam-se na medida em que a pecuária, historicamente analisada por diversos autores como sendo o fator determinante para o processo de exclusão social, perpetuando a estrutura agrária (LIMA JUNIOR, 1987), apresenta-se como prioridade para a sustentabilidade da agricultura familiar nas comunidades contempladas com programas de crédito.

No caso da Microrregião do Itaipuru, destaca-se em conjunto com a pecuária o cultivo da cana-de-açúcar, que despontou historicamente como produto que dinamizou a mobilidade populacional (CANEDO, 1993). Dentro desta perspectiva, tratar-se-á compreender não apenas a formação destes projetos, mas as estratégias concebidas para implantação das inovações e os cenários que apontam para uma organização sócio-espacial.

Diante do exposto, e trabalhando com limites impostos, torna-se compreensível a busca pela tecnificação? Ou será que é a forma de implantação do pacote tecnológico em regiões e estruturas fundiárias diferenciadas que leva a compreensão de limites impostos para a produção?

Os dois questionamentos neste caso são pertinentes. Veja-se o primeiro, com o limite imposto através da demarcação de 10 ha como lote individual por família. Fica extremamente impraticável a agricultura tradicional, colocando o trabalhador rural na busca por instrumentos e práticas que elevem a sua produção para melhoria da sua qualidade de vida. E como os processos de capacitação, que estão estreitamente ligados à renda, orientam a busca pela produtividade com intuito de responder rapidamente à demanda de um “suposto” mercado consumidor é que o pacote tecnológico vai se fazer presente. A tecnificação, para as comunidades, será a mola propulsora para o possível desenvolvimento rural. No entanto, verifica-se desarticulação política das comunidades rurais, substituição de culturas alimentares por cultura de mercado e fragilização das atividades socioculturais.

Em relação ao segundo questionamento, constata-se que o Maranhão apresenta uma estrutura fundiária favorável à prática da monocultura com investimentos regionalizados, destacando-se a mesorregião sul como região agro-exportadora canalizando recursos para o agronegócio. Na verdade investimento para a produção em grandes propriedades não impede disponibilidade de crédito para agricultura familiar. Mas determinadas áreas desapropriadas para criação dos assentamentos podem inviabilizar o processo produtivo devido principalmente à pobreza dos solos e à infra-estrutura produtiva, como falta de estradas e eletrificação rural trifásica. Estes fatores são considerados entraves para que se obtenha lucro com o custo altíssimo no processo de tecnificação.

Ao final enfatiza-se que estas análises levam a refletir sobre o abandono dos lotes, a venda dos mesmos para terceiros e o que pode se constituir na sua pior utilização que a aquisição por comerciantes das próprias localidades municipais transformando-os em especulação imobiliária e estes fatos comprometem a produção familiar para abastecimento do mercado interno como também todos os programas de créditos que contribuíram para a criação dos Projetos de Assentamentos no Maranhão.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 301-309, 2000.

ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

_____. **Paisagens e problemas do Brasil (Aspectos da vida rural brasileira frente à industrialização e ao crescimento econômico)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973. 277 p.

.BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Editora Hucitec. 3 edição. 1997.

BERGAMASCHI, Pe. Cláudio. **O Maranhão em rota de colisão: experiências camponesas versus políticas governamentais**. São Luís: CPT, 1998.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Porto Alegre: Vozes. 1988.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 180 p.

CARNEIRO, Marcelo; Et al. A reforma da miséria ou a miséria da reforma. In: **O Maranhão em rota de colisão: experiências camponesas versus políticas governamentais**. São Luís: CPT, 1998.

_____. **Meio ambiente, desenvolvimento e política de governo: bases para a construção de uma sociedade sustentável no Brasil (levando em conta a natureza)**. 1996.

DINIZ, José A. F. **Geografia da agricultura**. 2 ed. São Paulo: DIFEL, 1986.

ETGES, Virgínia Elisabeta. **Geografia agrária: a contribuição de Leo Waibel**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. 226 p.

FERRAZ, Siney. **O movimento camponês no Bico do Papagaio, sete barracas em busca de um elo**. 2 ed. Imperatriz: Ética Editora. 2000.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e geografia: geografia agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GERARDI, Lúcia. Algumas reflexões sobre modernização da agricultura. In **Geografia**, v. 5, no. 9/10, Ageteo, 1980.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2 ed. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2001. 653p.

GONH, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGS e cidadania: sociedade civil brasileira**. São Paulo: Cortez, 1997.

GORGEN, Frei Sérgio Antonio. STEDILLE, João Pedro. **A resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: CONTEXTO, 2002. 186 p.

INCRA, **Ações básicas de Reforma Agrária no Maranhão**, Maranhão, 2000.

JUNIOR, Candido Augusto Medeiros. **Terra bela: memória, significados e escolarização em um assentamento rural em Buriticupu-Maranhão**. 2002. 221p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

LAGO, Maria Regina Teixeira. **Assentamentos rurais no Maranhão e programa de crédito especial para a reforma agrária: uma leitura dos números do PROCERA-MA nos anos de 1994-1999**. 82p. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar**. SP: Editora da Unicamp, 1998.

LEITE, Sérgio. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. *In: Reforma agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 37-53, 2000.

LIMA JUNIOR, Heitor Moreira. **Colonização da fronteira agrícola: um modelo de desenvolvimento rural**. São Luís: PPPG/EDUFMA, 1987.

MARTINS, José de Silva. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MATOS, Carlos A de. Desenvolvimento sustentável nos territórios da globalização. alternativa de sobrevivência ou nova utopia? *In: BECKER, Bertha K; MIRANDA, Mariana. A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 103-125, 1997.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília, 2000.

OLIVEIRA, Ariosvaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 3 ed. São Paulo. Editora Ática, 1990.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Núbia Dia dos. **O espaço do social nos assentamentos de trabalhadores rurais**. Boletim Geografia Teorética. vol 25. no. 49-50: 783-792, 1995.

SILVA, José Gomes da. **A reforma agrária brasileira na virada do milênio**. 2 ed. Maceió: EDUFAL, 1997.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed rev, Campinas, SP, UNICAMP. IE, 1998.

_____. **O novo rural brasileiro**. 2 ed. ver. São Paulo: Unicamp, 1999 (Coleção Pesquisas, 1).

_____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

_____. **A questão agrária hoje**. 3 ed. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

VALVERDE, Orlando. **Estudos de geografia agrária brasileira**. Petrópolis: Vozes. 1985.